



DIÁRIO ELETRÔNICO DA JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO
Ano XIV – nº 111 – Porto Alegre, sexta-feira, 24 de maio de 2019

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

PUBLICAÇÕES ADMINISTRATIVAS

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 35/TRF4

Estabelece os procedimentos relativos ao Programa de Reciclagem Anual para Atividade de Segurança dos Agentes de Segurança Judiciária no âmbito da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região.*

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 0010059-66.2014.4.04.8000, e considerando as Portarias Conjuntas nº 1, de 7 de março de 2007 e nº 3, de 31 de maio de 2007, ambas expedidas pelo Supremo Tribunal Federal, que regulamentam dispositivos da Lei nº 11.416, de 15/12/2006, quanto à Gratificação de Atividade de Segurança e Programa Permanente de Capacitação, resolve:

Art. 1º Estabelecer procedimentos relativos ao Programa de Reciclagem Anual para Atividade de Segurança dos Agentes de Segurança Judiciária no âmbito da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região.

SEÇÃO I – DO PÚBLICO-ALVO E DA PARTICIPAÇÃO

Art. 2º O público-alvo do programa de reciclagem anual são os Agentes de Segurança Judiciária pertencentes ao quadro do Tribunal e das Seções Judiciárias da 4ª Região.

Parágrafo único. O servidor que se mantiver, até o final do prazo de inscrição, designado para o exercício de função comissionada ou nomeado para cargo em comissão, na condição de titular, por interesse da administração, poderá ser dispensado de participar do programa, mediante justificativa de sua chefia, excetuando-se as funções comissionadas ou cargos em comissão ligados à área de segurança.

Art. 3º A participação no programa de reciclagem anual, com aproveitamento, garante ao servidor a continuidade da percepção da GAS - Gratificação de Atividade de Segurança -, instituída pela Lei 11.416/2006.

§ 1º A participação de servidor no programa de reciclagem anual fica sujeita à sua inscrição dentro do prazo estipulado pela área de recursos humanos.

§ 2º Cabe ao servidor certificar-se quanto à confirmação de sua participação até o dia útil anterior ao início das atividades.

§ 3º O servidor dispensado de função comissionada ou exonerado de cargo em comissão perceberá a GAS até sua participação, com aproveitamento, no subsequente programa de reciclagem anual oferecido pela administração.

Art. 4º É vedada a participação de servidor no programa de reciclagem anual que, no período de realização da capacitação, estiver em gozo de férias ou usufruindo de licença ou afastamento previsto no artigo 81, II (por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro), IV (para atividade política), V (para capacitação), VI (para tratar de interesses particulares) e VII (para desempenho de mandato classista) e nos artigos 95 (afastamento para estudo ou missão no exterior) e 96-A (afastamento para participação em programa de pós-graduação *stricto sensu* no país), da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

§ 1º Cabe ao servidor conciliar os períodos de gozo de férias, gozo de afastamento referente à compensação da prestação de trabalho eleitoral, de convocação extraordinária ou plantão, licenças e afastamentos previstos no *caput* e outras ausências voluntárias, tais como doação de sangue e casamento, com o período de realização do programa.

§ 2º Após confirmada a inscrição do servidor nas atividades do programa de reciclagem anual, as ausências nas ações de capacitação, na avaliação clínica ou no teste de condicionamento físico, pelos motivos previstos no § 1º, serão consideradas faltas para fins de apuração do disposto no artigo 17 desta IN.

§ 3º O servidor removido, que se enquadra no público-alvo do programa de reciclagem, participará do referido programa no órgão de destino, ficando sujeito ao respectivo regimento.

Art. 5º O servidor que não participar ou não concluir as ações de capacitação, a avaliação clínica ou o teste de condicionamento físico na turma em que estava inscrito, em razão de licença por motivo de doença em pessoa da família, afastamento por casamento ou falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmão, LTS, licença-gestante, licença adotante, licença paternidade ou licença por acidente em serviço, deverá participar das etapas que faltam para concluir o programa em turma subsequente no mesmo ano, caso houver, sob pena de suspensão da GAS.

Parágrafo único. Caso não sejam oferecidas novas turmas subsequentes, o servidor perceberá a GAS até sua participação, com aproveitamento, no programa do ano seguinte.

SEÇÃO II – ETAPAS DO PROGRAMA

Art. 6º O programa de reciclagem anual é composto pelas seguintes etapas:

I – Avaliação clínica.

II – Teste de condicionamento físico.

III – Ações de capacitação teóricas e/ou práticas.

§ 1º As unidades responsáveis pelo programa de reciclagem anual estabelecerão, de comum acordo e com a antecedência necessária, fluxo de trabalho e cronograma anual com os prazos para a realização de cada uma das etapas supracitadas.

§ 2º Na ausência do cronograma anual mencionado no § 1º deste artigo, as unidades de saúde deverão concluir a etapa de avaliação clínica e de condicionamento físico até o dia 30 de junho de cada ano.

§ 3º A unidade de saúde comunicará ao avaliado os resultados da avaliação clínica e do teste de condicionamento físico e informará à unidade de capacitação, no prazo fixado de acordo com o disposto nos §§ 1º ou 2º deste artigo, os servidores aptos, inaptos ou aptos com restrições e recomendações médicas, devidamente especificadas, para o teste de condicionamento físico e para as atividades de capacitação que requeiram esforço físico.

§ 4º A unidade responsável pelas ações de capacitação disponibilizará à unidade de segurança e aos agentes o calendário das turmas com antecedência mínima de 45 dias da data prevista de início da primeira turma.

Subseção I – Ações de Capacitação

Art. 7º A edição anual das ações de capacitação será desenvolvida com carga horária de no mínimo 30 horas, na modalidade presencial, preferencialmente, ou à distância.

Parágrafo único. É vedado o cômputo do teste de condicionamento físico na carga horária anual referida no *caput*.

Art. 8º O conteúdo de cada edição do programa será vinculado ao diagnóstico das necessidades, realizado periodicamente pelas áreas de capacitação do Tribunal e das Seções Judiciárias, e seu conteúdo poderá ser direcionado a grupos de servidores com funções específicas.

Art. 9º Os módulos e respectivos tópicos que compõem o currículo básico das ações de capacitação são os seguintes:

I - Serviço de inteligência e segurança de informações:

- a) características e ações do serviço de inteligência;
- b) formas de compartimentação e preservação de informações;
- c) imperativos legais de sigilo;
- d) perfil dos agentes de inteligência, formas de atuação e seus deveres/obrigações;
- e) objetivos, diretrizes funcionais e as atribuições individuais do serviço de inteligência.

II - Segurança de autoridades e dignitários:

- a) identificação de possíveis riscos a autoridades e dignitários e realização de plano de segurança e de contingência;
- b) técnicas de proteção para deslocamento seguro de autoridades com diferentes tipos de formações;
- c) planejamento de rotas e deslocamento em comboio com diversos tipos de formações;
- d) formações e técnicas de embarque e desembarque de autoridades em locais de eventos.

III - Segurança patrimonial:

- a) conceitos de segurança de instalações e segurança física;
- b) proteção de entradas não-permitidas e controle de entradas permitidas;
- c) prevenção a sabotagens;
- d) controle de entrada e saída de materiais;
- e) identificação, manuseio e cautelas com artefatos suspeitos ou explosivos;
- f) orientação quanto a como identificar e agir em situações de emergência (invasões, assaltos, tumultos, pânico, evacuações de locais);
- g) planos de emergência;
- h) funções do vigilante como guarda fixa e móvel;
- i) técnicas de combate a incêndios.

IV - Controle de portarias e recepção:

- a) comunicação, relacionamento interpessoal e comportamento;
- b) atendimento ao público;
- c) técnicas de colaboração e atendimento em eventos internos;
- d) noções gerais sobre cidadania;
- e) noções gerais sobre a Justiça Federal;
- f) funcionamento da unidade judiciária;
- g) código de ética do agente como representante da Justiça Federal no trato com o cidadão;
- h) técnicas de primeiros socorros.

V - Direção defensiva e evasiva:

- a) conceitos básicos de segurança no trânsito;
- b) regras básicas e sinalização de trânsito;

- c) itens de segurança obrigatórios;
- d) conservação do veículo;
- e) medidas de segurança para prevenir e evitar acidentes;
- f) direção em condições adversas (chuva, neblina, à noite, etc.);
- g) manobras radicais para se proteger de situações de risco;
- h) técnicas de frenagem (pontos de frenagem e frenagem controlada).

VI - Segurança pessoal e defesa pessoal:

- a) fundamentos teóricos de segurança e defesa pessoal;
- b) uso legal e seletivo da força;
- c) técnicas de abordagem e de negociação;
- d) técnicas de imobilização e contenção de agressores;
- e) técnicas de defesa contra agarres;
- f) técnicas de defesa contra agressões armadas.

VII - Uso de armamento letal e menos letal:

- a) técnicas de uso de armas menos letais (bastão de choque, bastão extensível, dispositivo condutor de energia, aerossóis de defesa, dentre outros);
- b) técnicas de tiro e capacidade de uso de armas letais de diferentes calibres.

§ 1º O planejamento das ações de capacitação do programa de reciclagem terá como referência os módulos e conteúdos do currículo básico, dentre os quais serão selecionados aqueles pertinentes para cada edição anual.

§ 2º As áreas de segurança poderão sugerir modificações nos tópicos estabelecidos para os módulos das ações de capacitação, em face de inovações normativas, procedimentais ou tecnológicas, submetendo-as à área de capacitação do Tribunal ou da respectiva Seção Judiciária, conforme o vínculo.

§ 3º A critério da administração, o conteúdo programático previsto no currículo básico poderá ser adequado ou ampliado de acordo com o diagnóstico de necessidades e/ ou com as especializações das atividades desenvolvidas pelos agentes, observando-se os pré-requisitos de participação pertinentes.

Art. 10. A aprovação nas ações de capacitação ficará condicionada à frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária estabelecida e ao desempenho mínimo exigido nas avaliações teóricas e práticas, conforme critérios previamente fixados pelos instrutores, sob orientação técnica das áreas de capacitação.

§ 1º O servidor que atuar como instrutor em ações de capacitação do programa poderá ser dispensado de participar como aluno na proporção da carga horária cumprida em atividades de preparação e execução da instrutoria, elaboração e atualização de material didático, correção e avaliação de testes, sob orientação técnica e mediante atesto das áreas de capacitação.

§ 2º Na hipótese do § 1º, se a carga horária cumprida como instrutor for inferior à carga horária total das ações de capacitação, caberá às áreas de capacitação indicar a parte restante do conteúdo programático a ser cumprida como aluno.

§ 3º Se a carga horária cumprida como instrutor for superior à carga horária total das ações de capacitação, a sobra não poderá ser aproveitada para fins de dispensa nas próximas edições anuais do programa.

§ 4º A dispensa referida no § 1º não se aplica às etapas de avaliação clínica e teste de condicionamento físico.

Subseção II – Avaliação Clínica e Teste de Condicionamento Físico

Art. 11. Será realizada avaliação clínica, coordenada e sob responsabilidade das áreas de saúde do Tribunal e das Seções Judiciárias, com a finalidade de atestar a aptidão do servidor para a prática das atividades que requeiram esforço físico.

§ 1º Por ocasião da avaliação clínica, deverão ser apresentados à área médica os seguintes exames complementares:

- a) Audiometria tonal aérea e óssea.
- b) Avaliação oftalmológica incluindo acuidade e campo visual.
- c) Creatinina.
- d) Glicemia de jejum.
- e) Hemograma.
- f) Exame toxicológico de larga janela para detecção do uso de drogas.
- g) Radiografia de tórax.
- h) TGO, TGP e Gama-GT.

§ 2º O exame toxicológico de larga janela, previsto na alínea "f" do § 1º deste artigo, será realizado por meio da análise de amostras de "cabelos" ou "pelos", a critério do servidor, restando afastada a hipótese de exames com amostras de curta abrangência, tais como urina e sangue.

§ 3º O médico avaliador poderá requerer, a seu critério, outros exames que julgue necessários para as finalidades da avaliação, bem como estabelecer a periodicidade dos itens "a" e "g".

§ 4º As áreas de saúde deverão coordenar e providenciar a disponibilização dos meios necessários à realização dos exames complementares.

§ 5º O servidor deverá efetuar esses exames e entregar o resultado, bem como, agendar consulta no prazo máximo de 60 dias após a notificação, sob pena de descumprimento das normas estabelecidas nesta instrução normativa.

Art. 12. O teste de condicionamento físico será composto por exame ergométrico em esteira ou exame ergoespiométrico, não excluindo avaliações que incorporem testes de resistência e força muscular, a critério da administração.

Art. 13. Compete às áreas de saúde do Tribunal e das Seções Judiciárias estabelecerem em conjunto:

I - Os critérios a serem cumpridos quanto à realização do teste de condicionamento físico.

II - Os parâmetros de resultados esperados, com base na classificação da capacidade aeróbica pelo consumo máximo de oxigênio, observados o gênero, a idade e eventuais especificidades relativas a restrições físicas e orgânicas do avaliado.

Art. 14. Será de responsabilidade das áreas de saúde do Tribunal e das Seções Judiciárias a análise das condições físicas de cada avaliado, com indicações, se necessário, de medidas preventivas e terapêuticas a que o avaliado deva submeter-se.

Art. 15. Poderá ser dispensada a realização das atividades práticas e do teste de condicionamento físico em decorrência das condições de saúde e desde que expressamente atestada pelo médico por ocasião da avaliação clínica.

SEÇÃO III – DA APROVAÇÃO NO PROGRAMA

Art. 16. Será considerado aprovado no Programa de Reciclagem Anual para Atividade de Segurança o avaliado que, cumulativamente:

I – realizar a avaliação clínica e o teste de condicionamento físico conforme critérios estabelecidos pelas unidades competentes;

II – obtiver a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) nas ações de capacitação;

III – atingir a pontuação mínima exigida na avaliação da capacitação teórica;

IV – obtiver desempenho mínimo exigido nas atividades de capacitação prática e física, se houver.

Parágrafo único. O servidor que for considerado inapto para participar das atividades de caráter prático e do teste de condicionamento físico será avaliado exclusivamente nas disciplinas de caráter teórico e continuará recebendo a GAS desde que aprovado nos termos do artigo 16, incisos II e III.

Art. 17. O servidor que não participar de qualquer das avaliações referidas no artigo anterior, exceto pelas razões previstas nos artigos 5º e 15, será reprovado no Programa de Reciclagem Anual para Atividade de Segurança e terá o pagamento da GAS suspenso.

Parágrafo único. O pagamento da GAS será restabelecido após a participação e aprovação do servidor nas avaliações previstas no art. 6º.

SEÇÃO IV - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. As ações de capacitação teóricas e práticas, a avaliação clínica e o teste de condicionamento físico, que compõem o programa de reciclagem, poderão ser efetivados mediante convênio com órgãos públicos, empresas ou profissionais devidamente credenciados.

Art. 19. Serão custeados pelo Tribunal e pelas Seções Judiciárias os exames realizados para a avaliação clínica e teste de condicionamento físico dos servidores.

Art. 20. Incumbe às áreas de recursos humanos do Tribunal e das Seções Judiciárias, por meio das respectivas unidades de capacitação, a responsabilidade pela realização, coordenação, avaliação de resultados e proposição de alterações no programa de reciclagem, ouvidas as áreas de saúde, as áreas administrativas e as unidades de segurança.

§ 1º As unidades de capacitação e de saúde documentarão e consolidarão os resultados das etapas do programa de reciclagem sob sua responsabilidade.

§ 2º Caberá às unidades de capacitação a consolidação do resultado final de todas as etapas do programa, nos termos do disposto nesta instrução normativa.

Art. 21. Os resultados finais alcançados pelos servidores no programa de reciclagem anual serão submetidos à Diretoria de Recursos Humanos e ao Núcleo de Acompanhamento e Desenvolvimento Humano, respectivamente, para homologação.

Parágrafo único. Os servidores não aprovados serão notificados do resultado e poderão, se for o caso, interpor pedido de reconsideração/recurso, observadas as disposições da Lei nº 8.112/90.

Art. 22. Os casos omissos serão submetidos à Diretoria-Geral, no Tribunal, e à correspondente Secretaria Administrativa, nas Seções Judiciárias.

Art. 23. Revoga-se a Instrução Normativa 40-H-06 publicada em 28/08/2009.

Art. 24. Esta instrução normativa entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz, Presidente**, em 22/05/2019, às 16:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php> informando o código verificador **4670552** e o código CRC **1E1E7125**.

(*) Republicada para alterações no artigo 11.